

# “Voltar para qual escola?”: desafios do ensino público diante da pandemia e os sentidos da educação escolar

Jéssica Nunes da Silva<sup>1</sup>

## Resumo:

Diante da pandemia da Covid-19, a esfera da educação foi reconfigurada profunda e consideravelmente, suscitando dúvidas e produzindo diferentes afetações. O presente artigo dedica-se a mapear e refletir criticamente sobre os efeitos deste evento pandêmico para a educação básica, mais especificamente no âmbito do ensino público. Para tal, ampara-se em notas etnográficas tecidas a partir de: 1- relatos, impressões e problemáticas captadas por meio de etnografia online em grupos de *Whatsapp* e *Facebook* voltados à educação na rede pública; 2- notícias, reportagens midiáticas; e por fim, 3- a interlocução com professoras, familiares e estudantes da rede pública de ensino em Porto Alegre/RS e região metropolitana. Por meio de tais reflexões, são elencadas as problemáticas mais recentes em torno do tema, desde o “ensino remoto”, com suas demandas e fatores complicadores na viabilização em termos de acesso; até as sobrecargas de trabalho e demandas cotidianas vivenciada por professores e estudantes; além dos riscos decorrentes das propostas de retorno às aulas presenciais e ensino híbrido. Conclui-se pela necessidade de engajar-se crítica e ativamente à análise cuidadosa das práticas e políticas excludentes que endossam e reafirmam a tomada da educação enquanto mais um instrumento de aprofundamento e produção de desigualdades.

**Palavras-chave:** Ensino Público. Ensino Remoto. Etnografia. Antropologia da Educação.

## “Back to what school?”: challenges of public education face of the pandemic and the meanings of school education

## Abstract:

Faced with the Covid-19 pandemic, the sphere of education was profoundly and considerably reconfigured, raising doubts and producing different affectations. This article is dedicated to mapping and critically reflecting on the effects of this pandemic event for basic education, more specifically within the scope of public education. For this, it is supported by ethnographic notes elaborated from: i- reports, impressions and issues captured through online ethnography in *Whatsapp* and *Facebook* groups about education in the public network; ii- news, media reports; and finally, iii- the interlocution with teachers, family members and students from the public school system in Porto Alegre/RS and metropolitan region. Through these reflections, the most recent issues around the theme are listed, from “remote education” with its demands and complicating factors in enabling access; even the work overload and daily demands experienced by teachers and students; in addition to the risks arising from the proposals to return to the face classes and hybrid teaching. It is concluded that there is a need to critically and actively engage in the careful analysis of exclusionary practices and policies, which endorse and reaffirm the taking of education as yet another instrument for deepening and producing inequalities.

**Keywords:** Public Education. Remote Teaching. Ethnography. Anthropology of Education.

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), integra o Núcleo de Antropologia e Cidadania – NACi/UFRGS e o Grupo de Estudos sobre Antropologia e Deficiência – GEAD/UFRGS. Contato: jess.nunes@ufrgs.br

## Apontamentos iniciais

O advento da pandemia da Covid-19 reconfigurou consideravelmente a estrutura de funcionamento dos sistemas de ensino a nível global. No Brasil, a irrupção desse evento pode ser apontada a partir do primeiro caso da doença, registrado oficialmente no dia 26 de fevereiro de 2020; semanas depois, em 11 de março do mesmo ano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarava pandemia<sup>2</sup>. Antes disso, em dezembro de 2019, o primeiro caso oficial da doença era registrado na cidade chinesa de Wuhan. Acompanhamos com muita apreensão desde a mobilização inicial de estruturas hospitalares construídas com celeridade na China<sup>3</sup> até as alarmantes notícias que chegavam da Europa, revelando os contornos de gravidade que situação poderia assumir ao eclodir por aqui.

Com a instauração de medidas de isolamento e distanciamento social e a incorporação da necessidade do *lockdown*, temos vivenciado o prolongamento da paralisação de determinadas atividades, a retomada gradual de outras, e todo um “vocabulário pandêmico” remetendo a riscos e cuidados que passou a ser incorporado em nosso dia-a-dia. Informações – por vezes difusas – sobre atuação do vírus, a centralidade da higienização das mãos e superfícies, o uso de máscaras (algumas mais eficazes do que outras) e as “atividades essenciais” se consolidaram enquanto elementos que nos acompanham desde então. No âmbito da educação, fechamentos temporários e permanentes das escolas vêm sendo adotados em diferentes escalas, condições e temporalidades, produzindo adesões e efeitos que tentamos e tentaremos compreender ao longo dos próximos anos.

Recuperar o encadeamento dos fatos se traduz também em uma tentativa de conferir algum sentido lógico e reflexivo a essa profusão de acontecimentos que nos afetam de modo tão drástico. Como procuro endossar a seguir, tais afetações, os *impactos* da pandemia da Covid-19 são sentidos em níveis e esferas de formas consideravelmente diferentes. Inspirada inicialmente pelas considerações de Veena Das em seu ensaio intitulado *Encarando a COVID-19* [...]

(2020), me volto à educação e busco refletir sobre as possibilidades de compreensão e contribuições da antropologia às políticas de ensino, ao atravessar os percalços e “desafios” que agora se impõem. No texto referenciado acima, Das (2020) compartilha algumas reflexões sobre os efeitos da pandemia no campo das pesquisas antropológicas. Para além, a autora aborda de forma crítica e sensível suas inquietações enquanto professora e pesquisadora na área: desde as angústias geradas por esse contexto de incisivas mudanças, até os recursos metodológicos possíveis e necessários que podemos mobilizar ao pensar e produzir conhecimento neste momento.

Pesquisando sobre ensino público no Brasil, com ênfase na educação básica – níveis municipal e estadual – tenho observado as *particularidades* em torno deste segmento. Como um primeiro registro, pode-se citar desde as problemáticas envolvendo o “ensino remoto”, com suas demandas e fatores complicadores na viabilização em termos de acesso, até a sobrecarga de trabalho vivenciada pelos professores e os riscos decorrentes das propostas de retorno às aulas presenciais e ensino híbrido (cf SAVIANI; GALVÃO, 2021). Essas e outras questões trazem consigo a retórica dos “desafios”, que por sua vez não é novidade ao falarmos de educação, sobretudo na esfera escolar e pública. Nesses termos, segundo o relatório intitulado *Enfrentamento da cultura do fracasso escolar* da Unicef Brasil (2021), temos que:

O cenário de desigualdades que já preocupava antes da pandemia da Covid-19 se tornou ainda mais grave com ela. Em outubro de 2020, 3,8% das crianças e dos adolescentes de 6 a 17 anos (1,38 milhão) não frequentavam mais a escola no Brasil – remota ou presencial. O dado é superior à média nacional de 2019, que foi de 2%, segundo a Pnad Contínua. (UNICEF, 2021)

A pesquisa foi realizada em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e também com o Instituto Claro<sup>4</sup>. Ela incide no recorte da escola pública, com foco nas redes municipais de ensino e apontando para

2 Para maiores informações a esse respeito, ver: “Primeiro caso de Covid-19...” (AGÊNCIA BRASIL, 2021); e “Há um ano o Brasil...” (LONGUINHO, 2021) e “OMS declara...” (BBC BRASIL, 2020).

3 Sobre o hospital construído logo nas primeiras semanas de irrupção da pandemia em Wuhan, na China, o Portal G1 (2020) realizou um compilado bastante completo com as principais informações.

4 Segundo a formulação da Unicef Brasil, o conceito de cultura do fracasso escolar envolve desde a reprovação, até o abandono escolar e distorções entre faixa etária e série/nível de ensino. Creio que haja espaço, em um momento oportuno, para refletir mais

os desafios, que agora mais do que nunca mereceriam atenção. As constatações em torno da fragilidade dos sistemas públicos de ensino básico não são, de fato, uma novidade. Da mesma forma, são igualmente variadas e partem de diversas frentes as proposições para sanar estes problemas. Procuro delimitar e problematizar algumas delas no que se segue.

Estimulada pelas *notas etnográficas* mobilizadas por Fernandes (2020) para registrar elementos do cotidiano que emergiram na cidade do Rio de Janeiro logo nos primeiros meses da pandemia no Brasil, tomo-as por referência para compilar e registrar relatos, impressões e problemáticas captadas por meio de perambulações (cf LEITÃO & GOMES, 2017) em grupos de *Whatsapp* e *Facebook* voltados à educação na rede pública em Porto Alegre e região metropolitana. Acompanho também notícias, reportagens e conversas cotidianas sobre o tema, além da interlocução com professoras, familiares e estudantes<sup>5</sup> com os quais mantenho contato em razão de minha pesquisa atual sobre Educação Inclusiva e Escola Pública.

A metodologia empregada por Fernandes (2020) inspira e dialoga de modo instigante com a celeridade, com as incertezas e temores próprios do contexto. Os primeiros meses da pandemia foram também marcados pela centralidade do papel da pesquisa, dos especialistas e cientistas das mais diversas áreas, (re) enfatizando e reacendendo no âmbito do debate público a problemática do financiamento à pesquisa científica no Brasil (TONIOL, 2020). O recurso das *notas etnográficas* pareceu-me interessante, sobretudo pelo caráter de registro: excertos de memórias, conversas, dos diários de campo e de percepções (também e especialmente da antropóloga) sobre o período, sobre os noticiários e transformações paulatinas no mundo

que tornar-se-ia o nosso presente hoje. Nas palavras de Fernandes (2020, p.11):

A ideia de capturar por notas etnográficas esse presente que vem por ondas de um mar que encontra-se muito mexido e, que, devido a sua força, é capaz de suspender por segundos a consciência de banhistas inexperientes ou não, se deseja próxima da crônica e dos diários de viajantes e escritores, gêneros literários que se distinguem por trazerem em seu cerne a experiência cotidiana e uma presença mais visível do eu-narrador.

Busco então produzir uma reflexão e um registro crítico a partir de minhas próprias notas de campo, reunidas até então. Este ensaio conta com impressões tomadas a partir de diários de campo, diálogos, excertos, e advém da Etnografia Online empreendida com a finalidade da análise. O material compilado está circunscrito ao período de fevereiro a abril de 2021, e conta com o relato de três de minhas interlocutoras – professoras da rede pública de ensino, sendo duas delas mães de crianças e jovens em idade escolar. Orientei a etnografia online a partir dos apontamentos de Leitão e Gomes (2017), por meio do acompanhamento diário a dois grupos de *Facebook*, ambos fechados e administrados pelas escolas com as quais mantenho interlocução<sup>6</sup>. Além disso, acompanhei três grupos de *Whatsapp* nos quais ingressei partir da pesquisa, sendo um deles meu próprio grupo de trabalho como docente<sup>7</sup> – boa parte das notícias às quais faço referência aqui, foram compartilhadas por meio destes espaços. Por meio da Hashtag #LugardeCriançaÉnaEscola, mapeada via *Twitter* e *Facebook* ao longo do mês de abril (2021), pude acessar o debate acalorado acerca do retorno às aulas presenciais.

---

longamente sobre esta concepção, sobretudo pois ela traz em sua contrapartida, a ideia do sucesso escolar, sobre o qual pode ser profícua a análise e reflexão diante do atual cenário.

5 Este material vem sendo sumarizado no decorrer de minha pesquisa atual, cuja temática abarca a rede pública de ensino básico, com ênfase na Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência. Por meio da inserção em grupos de professores (as), familiares e estudantes, tenho podido acompanhar muitos destes desdobramentos; além de enfrentar alguns dos “percalços” supracitados, através de minha atuação enquanto professora de Sociologia em um curso pré-vestibular popular cujas atividades mantêm-se também na modalidade virtual.

6 Para as autoras, é possível pensar em três abordagens básicas e distintas para uma etnografia de ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. Ao discorrer sobre cada uma delas, identificam as implicações éticas, posicionalidades, estratégias e recursos demandados, refletindo sobre a posição do pesquisador em cada um dos casos. Consideram, por exemplo, os desdobramentos do uso do perfil pessoal em plataformas como o Facebook e Whatsapp, nos levando a ponderar sobre as variáveis da permeabilidade entre espaços de trabalho, relações pessoais, lazer e etc. Ver Leitão e Gomes (2017).

7 Não farei referência direta ao nome dos grupos de modo a preservar a privacidade dos membros. O acesso e o consentimento por parte dos integrantes foram obtidos no momento de meu ingresso, e advém especificamente da supracitada pesquisa que atualmente conduzo.

Tal como aponta Fernandes (2020), são notáveis as controvérsias em torno das classificações entre *atividades essenciais* e/ou *grupos de risco*. No entanto, o que se explicita no cerne das classificações entre corpos “vulneráveis” e/ou “sacrificáveis”, é o fato de que a pandemia possui recortes bastante demarcados de raça, classe e gênero e geração. Nas palavras de Segata et al (2021, p.8): “De forma direta: a pandemia é um evento múltiplo e desigual”. A escola é então, uma dentre muitas alçadas correlatas ao cotidiano de famílias que hoje buscam, antes de mais nada, sobreviver. E sobreviver não somente *ao vírus*, mas especialmente à negligência e letalidade de políticas de governo efetivamente perversas e mortais.

Partindo deste segmento em especial, dentre as continuidades e rupturas, novos e antigos desafios, creio ser interessante perguntar: Quais os sentidos e o significado da educação escolar nesse momento? Para quem, e como ela importa? Entendo essas questões como um ponto de partida interessante na busca por contribuir crítica e ativamente com as análises produzidas sobre o tema. Como aporte teórico, conto com as pertinentes observações de Saviani e Galvão (2021) para uma perspectiva atenta e adensada sobre os desdobramentos, lutas e possibilidades diante do “ensino remoto” e “híbrido”. Com Segata (2020), Segata et. al (2021) e Biehl (2021), busco compor um panorama de análises qualitativas e situadas sobre a multiplicidade de sentidos e implicações decorrentes de um *cenário pandêmico*. Imagino assim, ser possível pensar tanto sobre a estrutura e o sucateamento dos sistemas de ensino, sobre currículo, ensino e aprendizagem; quanto empreender em uma mirada engajada sobre o “futuro da educação” no Brasil.

### **Pensando o ensino, agora remoto**

Desde a irrupção da pandemia da Covid-19 no Brasil, inúmeras controvérsias em torno das medidas de distanciamento, isolamento e restrições de mobilidade vêm se desdobrando e perpassando diversos setores do debate público. No que se refere ao campo da educação não tem sido diferente. Após transcorrido mais de um ano desde a suspensão das aulas presenciais e do

fechamento das escolas visando a contenção do vírus, multiplicam-se ainda as incertezas e também as tensões.

Encarada inicialmente enquanto emergencial e provisória, tal medida estendeu-se durante todo o ano letivo de 2020 e atualmente permanece sendo alvo de debates, disputas judiciais e opiniões divergentes<sup>8</sup>. No momento em que escrevo este ensaio, o Brasil ultrapassa a marca das 480 mil mortes em decorrência da Covid-19. Com médias de mortes diárias acima de 2,5 mil, sistemas de saúde colapsando e uma campanha de vacinação considerada perigosamente lenta, o panorama no país é considerado preocupante<sup>9</sup>. Como podemos perceber, frente a este quadro, não existem respostas simples. Cabe então o esforço de visibilizar as diferentes narrativas e questões que daí emergem, fornecendo subsídio para práticas e políticas que possam suprir estas demandas.

Ao refletir sobre as problemáticas que envolvem a escola pública, estes e outros elementos devem ser levados em consideração. Nesse sentido, a substituição das aulas presenciais pela modalidade de “ensino remoto” junto ao fechamento das escolas, traz consigo uma série de fatores que tanto evidenciam quanto aprofundam camadas de desigualdade, desamparo e vulnerabilidade econômica e social. Como bem aponta Segata (2020), para além das implicações e tendências epidemiológicas, eventos como a pandemia da Covid-19 expõem de fato as desigualdades, reordenam moralidades e produzem ainda subjetividades diversas. Segundo ele, nesse caso:

Não se trata apenas da agudeza avassaladora da doença que o vírus pode provocar, a Covid-19. Trata-se do modo como a pandemia evidencia muitas camadas de vulnerabilidade. Elas se acumulam nas situações de desigualdade de acesso a serviços de saúde e de proteção social. (SEGATA, 2020, p.277)

Assim como Segata (2020), Biehl (2021) também atenta para o caráter agudizante da Covid-19 frente à fragilidade dos sistemas sociais, desestabilizados em seus mais diversos segmentos. De acordo com o autor, podemos compreender a vulnerabilidade estrutural enquanto “uma lente crítica que oferece explicação à propagação tão desigual de um vírus respiratório, que atinge mais gravemente grupos sub-

8 Conforme elucidam Oliveira (2021) e Unesco (2021).

9 Ver: “Pelo 23º dia seguido...” (SAÚDE IG, 2021), além das considerações de Mões (2021) e Venaglia (2021) para maiores informações a esse respeito.

representados, como que no encaço da estratificação social” (BIEHL, 2021, p.7). As questões abordadas por Biehl (2021) nos convidam a uma reflexão acurada sobre a transversalidade das pautas emergentes neste cenário. Sua leitura fornece ainda elementos para uma crítica mais ampla das agendas neoliberais, que diante dessa intensificação das violências e desigualdades estruturais aprofundam os contornos dramáticos da estratificação social, provando-se afirmadamente insustentáveis.

Como parte deste cenário, Biehl (2021) enfatiza o espaço da casa enquanto elemento central nos campos da economia e da saúde pública, evidenciando a indissociabilidade desta reconfiguração em relação aos debates sobre direito à moradia, espaço urbano e trabalho. A realocação das atividades de ensino para a esfera do lar por meio do “ensino remoto”, traz consigo uma série de implicações, que abarcam desde o acesso às dinâmicas familiares agora imbricadas mais diretamente e sob outra lógica nas práticas escolares. Neste panorama de desigualdades intensificadas e incertezas, a educação foi igualmente implicada. De acordo com a pesquisa do Instituto DataSenado:

Entre os quase 56 milhões de alunos matriculados na educação básica e superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas devido à pandemia de covid-19, enquanto que 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas. Na rede pública, 26% dos alunos que estão tendo aulas online não possuem acesso à internet. (AGÊNCIA SENADO, 2020)

Conforme indiquei anteriormente, com o fechamento das escolas e suspensão das aulas presenciais, convencionou-se a alternativa do ensino remoto como possibilidade única de substituição ao ensino presencial. No entanto, como bem apontam Saviani e Galvão (2021), as variações deste “recurso” desdobram-se de modo díspar ao considerarmos, por exemplo, a realidade das escolas públicas em paralelo às redes privadas. Em interlocução com Gabriela<sup>10</sup>, professora de História na Rede Estadual de Ensino (RS), pude ouvir sobre seu desconforto em relação a estas disparidades:

Agora na pandemia abriu pra nós né, se escancarou, principalmente pra nós da área das humanas, essa desigualdade na questão do ensino e na questão do

acesso. Ela limita o aluno que não tem acesso a internet, que não tem um bom equipamento a não estudar. Eu nunca pensei que eu ia ver uma situação assim, essa exclusão dentro da escola pública. Eu falei isso pra minha diretora e ela disse pra mim “eu entendo tudo que tu tá dizendo, mas eu não posso abrir a escola agora com a bandeira preta, e a gente vai ter que atender só os alunos que estão com acesso online”. Eu me sinto às vezes dando aula pros meus alunos numa escola particular. Parece que eu tô dentro do Estado, dentro de toda uma máquina pública, mas me sinto dando aula pra um aluno da escola particular, que tem notebook, celular, que a internet é boa, que se acontecer alguma coisa o pai dá um jeito. (Notas de campo. Gabriela, 08 abr. 2021)

É possível assinalar que a não observância das condições materiais básicas para viabilização deste tipo de estratégia revela-se na prática: docentes sobrecarregados; falta de acesso adequado à internet e equipamentos adequados para acompanhar/formular atividades; e ainda, o fato de que a utilização destes recursos demanda conhecimentos específicos acerca das tecnologias empregadas. O uso do adjetivo “remoto” ao referir-se a essa modalidade de ensino, torna-se de fato polissêmico: informa tanto a realização do ensino “à distância”, quanto um distanciamento entre o âmbito do ensino (da escola em si mesma), e as relações de aprendizagem estabelecidas entre docentes e discentes.

### **Novas rotinas, antigos recortes**

A já sucateada educação pública encontra-se então diante de “novos desafios”. Segundo as professoras com as quais mantenho interlocução desde os primeiros meses da pandemia, o principal deles consiste em tentar evitar que se aprofundem ainda mais as desigualdades nos processos de escolarização. Com relação aos efeitos do ponto de vista pedagógico e das relações de ensino-aprendizagem na modalidade remota, sobretudo neste contexto tão complexo, Saviani e Galvão (2021, p.42) irão sinalizar que

No “ensino” remoto, ficamos com pouco ensino, pouca aprendizagem, pouco conteúdo, pouca carga horária, pouco diálogo. Em contrapartida, temos muitas tarefas. Do lado dos alunos, estes supostamente passam a ser “autônomos” e vão em busca do próprio conhecimento, assoberbados com a multi-

10 Utilizarei pseudônimos ao longo do artigo, de modo a preservar a identidade das interlocutoras citadas.

plicação de leituras, vídeos, podcasts, webinários etc.

Para os autores, esta sobrecarga reflete-se diretamente na prática docente, agora atravessada por uma série de *novas* demandas, dinâmicas e cobranças – em consonância, naturalmente, com os afazeres domésticos e aspectos familiares imbricados neste processo todo. A sobrecarga emocional também é bastante evocada. Pude ouvir professoras(es) desestabilizadas com as angústias próprias do contexto, assim como estudantes que agora assumem maiores responsabilidades na família, em razão dos impactos econômicos e novas necessidades que se impõem. A perda de familiares e colegas é outro elemento de grande impacto. Em meu próprio perfil do *Facebook*, uma ex-professora com a qual mantenho contato, comentou que sua “linha do tempo” teria “virado um obituário”, devido ao número de amigos, colegas de trabalho e alunos falecendo em decorrência da Covid-19.

Discutindo os impactos do ensino remoto para a saúde mental de trabalhadores da educação, Menezes *et al* (2021) ressaltam que para além destes aspectos, a precarização das condições de trabalho, ensino e pesquisa no Brasil consolida-se há algum tempo enquanto elemento chave para compreender o adoecimento psíquico associado ao exercício da docência. Trata de um complemento importante, na medida em que enfatizam sobretudo os desafios inerentes à prática docente, os temores e vislumbres possíveis para o futuro da educação pública. Diante destas ponderações, os autores se perguntam: “até que ponto é possível desenvolver as potencialidades do pensar num cenário que cheira a dor, morte e angústia?” (MENEZES *et al*, 2021, p.51).

Para Gabriela, ainda que existam aspectos “positivos”, ressaltados igualmente por outras interlocuções – tanto com docentes quanto com discentes – como a possibilidade estar em casa, não precisar se deslocar por meio do transporte público, e poder participar de eventos e cursos online que não seriam possíveis de forma presencial, os “desafios” se estendem também para o terreno da privacidade, que afeta diretamente as dinâmicas próprias da educação escolar:

Eu me senti muito incomodada com essa questão do ensino online vir pra dentro da minha casa. Então eu tive que me adaptar. Esses tempos eu tava

olhando aqui na minha estante [...] tu tem que cuidar tudo o que está ali, porque isso pode vir a dar algum problema, tem aluno que pode não estar prestando atenção na aula mas vai estar olhando ali pra tua estante. [...] Pode dar problema porque eu não sei quem está ali do lado do aluno, tem aluno que desliga a câmera e o pai está ali do lado assistindo a aula, então isso tirou a minha privacidade. Eu me sinto invadida, como eu também estou invadindo o espaço deles. Minha casa virou meu local de trabalho, meu local de descanso, é tudo [...]. Eu sei que algumas famílias se sentem incomodadas também, tem alunos que assistem a aula na sala, tão ali vendo a aula e a família assistindo o *Jornal Nacional*. [...]. Tem pais que eu sei que assistem à minha aula, então é cuidar tudo que eu falo. E deles também, tirou muito a privacidade, eu sinto que os próprios alunos, eles não conseguem se soltar, porque eles tão ali com a família. Eu sempre entendo que a escola é um espaço que os alunos fazem tudo, tem jovens que não se sentem seguros em lugar nenhum além da escola, então essa pandemia tá sendo muito difícil pra eles. (Notas de campo. Conversa com Gabriela, 08 abr. 2021)

Ao refletir sobre a dimensão da escola na vida das mães de crianças com microcefalia e afetadas pela epidemia do Vírus Zika, Garcia (2020) demonstra como o ingresso dessas crianças no sistema de ensino acabou por modificar também a rotina das mães, que agora passariam a ter mais tempo para se dedicar a seus afazeres em casa, trabalhar autonomamente em outras ocupações e mesmo socializar, encontrar amigas para conversar, etc. A importância da escola para essas famílias se reflete também em ganhos para as crianças, que experienciam novas sociabilidades, aprendizados e interações. Assim como na percepção de Gabriela, torna-se nítida a importância do espaço e do tempo da escola para além da dimensão de ensino-aprendizagem.

Estes aspectos são endossados não apenas pela sobrecarga de trabalho hoje vivenciada por mulheres, mães trabalhadoras que se dividem entre as demandas domésticas, trabalho (dentro e/ou fora de casa) e os cuidados com a família, mas também para estudantes trabalhadores que passam a ter de articular de outras formas suas rotinas de estudo e trabalho. Ana, professora e mãe de Alice, uma menina autista de 9 anos, comentou em conversa comigo via *Whatsapp* o quanto estava difícil lidar com o *home office*, as “questões da casa” e as aulas de Alice, que retornavam de modo online. Para Ana, ainda que Alice se sinta mais confortável em casa, a ausência da escola em sua

rotina e as novas dinâmicas trazidas pelo isolamento social podem ser complicadas:

Eu tenho que me *virar nos 30*<sup>11</sup>, é reunião atrás de reunião no trabalho, o tempo todo ali recebendo mensagem, e com o retorno das aulas dela é um monte de professor mandando atividade [...], eu tenho que parar tudo que tô fazendo, tem aulas de duas horas... tá bem difícil! Mas a gente vai levando”. (Notas de campo. Conversa com Ana, 30 mar. 2021)

As dimensões de classe, gênero e raça se ressaltam, e são recortes que permitem visualizar em diferentes âmbitos os impactos da pandemia em populações historicamente vulnerabilizadas. Ao abordar a invisibilização do trabalho feminino, Blanc, Laugier e Molinier (2020) partem de reflexões a partir do cenário francês para grifar a centralidade do trabalho do *care* neste contexto pandêmico. Este trabalho de “cuidado” e manutenção da vida ordinária trata-se sobretudo de um trabalho feminino, que se estende para além da esfera do lar: o trabalho de enfermeiras, cuidadoras, vendedoras, empregadas domésticas, cuja desvalorização traduz-se estruturalmente por condições de trabalho precarizadas, vulnerabilidade econômica, além das múltiplas camadas de violência estrutural. Segundo as autoras:

Se as mulheres desempenham um papel crucial na produção da esfera doméstica, em tempos de crise elas desempenham um papel auxiliar e de acompanhamento da crise. São elas que permitem manter o fio da vida ordinária, mas elas são desvalorizadas e invisibilizadas, assim como a própria vida ordinária. (BLANC, *et. al*, 2020, p.5)

Refletir sobre o ensino público, passa necessariamente por considerar as condições de vida dessas professoras, mães, alunas e funcionárias, que precisam “se virar nos 30” para seguir mantendo suas atividades cotidianas. Nesse mesmo sentido, cabe atentar para os desdobramentos múltiplos destas “novas dinâmicas”: em certos casos, tornam-se menos

delimitadas as fronteiras entre a escola, o trabalho e a casa; em outros, o risco cotidiano vivenciado pela exposição ao vírus para famílias cujos membros têm de seguir trabalhando fora de casa, torna as rotinas de trabalho nitidamente mais tensas. Logo, tentar compreender como se desvelam essas novas configurações segue sendo também um desafio para as ciências humanas, e como bem ratificam Oliveira et al (2020), podemos aferir que estes impactos são vivenciados diferencialmente, e atuam de modo a acentuar antigos problemas<sup>12</sup>.

### **Voltar para qual escola? Entre controvérsias e desgovernos**

Parte central de todo este panorama são os debates em torno do retorno (ou não) das aulas presenciais. Acompanhamos diariamente notícias, reportagens e depoimentos sobre a volta às aulas em diversos municípios do país. Entre opiniões de *especialistas* de áreas como psicologia, educação e saúde, e manifestações divergentes por parte de pais e estudantes, o tema é delineado enquanto controverso. Um traço bastante característico (e parte do contexto de instabilidade política), é a numerosa ocorrência de disputas judiciais através de liminares e recursos, ora autorizando a retomada, ora cancelando o retorno presencial das aulas. Tais disputas, somadas às diferentes deliberações entre redes estaduais, municipais, públicas e privadas – além dos níveis de ensino – consolidam uma situação de incerteza. Nas redes sociais das escolas com as quais mantenho interlocução, é possível acompanhar cotidianamente mensagens de familiares e alunos questionando sobre o retorno do ensino presencial.

No caso do Estado do Rio Grande do Sul, recentemente deflagraram-se disputas entre o Poder Judiciário e o Executivo. Com todos os municípios classificados sob a chamada “Bandeira Preta” – que sinaliza Risco Altíssimo de Contágio – a contenda envolve desde petições por parte de tanto de organizações de professores e funcionários das escolas, quanto manifestações de pais, familiares e estudantes,

11 Ana faz referência ao quadro “Se Vira nos 30”, realizado no programa Domingão do Faustão (TV Globo). Nele, os participantes tinham trinta segundos para demonstrar algum talento e/ou habilidade inusitada e surpreendente. O participante que conquistasse a atenção da plateia ganharia um prêmio em dinheiro.

12 Utilizando como estratégia retórica o termo “efeito colateral” (advindo do aparato discursivo biomédico), para abordar os impactos diferenciais da pandemia sobre o ensino público, o trabalho transdisciplinar de Oliveira et al (2020) contribui com uma análise bastante “inquietante” sobre este período ao qual me dirijo. Ainda que eu opte por não utilizar tal referencial discursivo, trata-se de um referencial bastante evocativo, que se coaduna com a proposta deste breve ensaio.

além de liminares e recursos negados entre as diferentes esferas de governo<sup>13</sup>. Em meio a isso, foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 20 de abril deste ano o Projeto de Lei Nº 5529/20, que converte a educação básica e o ensino superior em serviços essenciais, permitindo a reabertura das escolas e universidades em todo país.

Crerios como a prioridade para os professores no calendário de vacinação e a possibilidade de retorno opcional para famílias de estudantes entre 4 e 17 anos são alguns dos elementos idealizados na proposta, que tem gerado polêmica no bojo dos debates públicos e deve intensificar a judicialização de toda esta questão. Segundo Biehl (2021), a pandemia tem evidenciado o fortalecimento do papel político do judiciário. Tal tendência torna-se perceptível ao atentarmos para os embates em torno das medidas de isolamento e/ou distanciamento social, nos quais “uma solução comumente encontrada em estados e municípios foi (tem sido) a de terceirizar a decisão para a justiça” (BIEHL, 2021, p.9). Esse protagonismo se desvela em meio a uma instabilidade política a nível nacional, e exige que ponderemos com cuidado sobre suas implicações.

Entre professores, familiares e estudantes as opiniões podem divergir. Enquanto as considerações já elencadas sobre os prejuízos do “ensino remoto” – sobretudo para estudantes que não possuem acesso aos recursos necessários para dar conta das destas demandas – são frequentemente evocadas, os riscos do retorno presencial em meio ao pior momento da pandemia até então, são grifados também com considerável ênfase. A esse respeito, Cristina, professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma escola da rede municipal de ensino em Porto Alegre, comentava em uma de nossas conversas iniciais sobre as problemáticas que envolvem essa pauta controversa. Para ela:

A questão é que a escola pública tá vivendo um momento complicado né. Eu acho que a gente tem que voltar o quanto antes. Eu tenho andado pela vila, eu tenho ido lá pelo menos uma vez por mês desde o começo da pandemia, porque tem alunos meus passando fome, com bastante dificuldade financeira. Então andei visitando alguns alunos meus e a situação é assim, caótica. E eles estão pela rua, por que com a fome e a situação que tá, um vírus não é nada, então eles já estão se expondo [...]. E nós

como educadores daqui pra frente, pós-pandemia, a gente vai ter muito, muito trabalho. Porque o prejuízo que essas crianças estão tendo agora guria, ainda vão se refletir por muitos anos. (Notas de campo. Conversa com Cristina, 18 abr, 2021)

As ponderações de Cristina levam em consideração o papel da escola para além das relações de ensino, considerando também aspectos referentes ao apoio que essa instituição fornece aos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade econômica. Acompanhando a hashtag #LugardeCriançaÉnaEscola, por meio do Facebook e Twitter, pude observar algumas manifestações, sobretudo por parte de familiares, pais e mães destes estudantes. Em alguns casos, são compartilhadas chamadas à carreatas e manifestações em prol do retorno, direcionado principalmente a escolas da rede privada, e argumentando em grande medida sobre os impactos negativos que a ausência da escola poderia causar principalmente para as crianças. Essa ênfase na Educação Infantil explicar-se-ia pela dificuldade, nessa faixa etária, em adaptar-se ao ensino remoto.

Em uma das postagens é possível encontrar uma imagem com fundo preto, cuja foto de uma criança espiando por uma fenda no escuro é adornada pela frase: *Só as crianças em lockdown. Não estamos protegendo vidas, estamos matando o futuro*. Em outra postagem vinculada à hashtag, é compartilhada a foto de uma criança segurando uma folha de papel com a frase “*Me deixem voltar para a Escola!*”. O texto é escrito na primeira pessoa, e narra o que seria a reação de uma criança ao descobrir que não poderia voltar às aulas e encontrar os colegas. A retórica é bastante similar à reportagem veiculada no site do jornal *Zero Hora*, intitulada “*Mamãe, não era hoje que eu ia voltar para a escola?*”. A colunista endossa o texto com o seguinte diálogo: “Foi no balanço fixado na pracinha de um parque em Porto Alegre que a filha de um casal de amigos me contou neste domingo, com sorriso e uma covinha no rosto: — Tia Kelly, amanhã eu vou voltar para a escola!” (MATOS, 2021). Segundo ela, o “vai e vem” de deliberações e a incerteza sobre o retorno das aulas acaba por frustrar as crianças, alimentando expectativas e gerando ansiedade nos envolvidos.

Longe de ser solucionado, o impasse envolve sobretudo os riscos evidentes que o retorno representa.

13 Para um panorama das decisões que envolvem a volta das aulas presenciais no Rio Grande do Sul, ver Gonzatto (2021).

Nos comentários da supracitada reportagem sobressaem-se aqueles reafirmando a condicionalidade da vacinação dos professores e estudantes para um retorno seguro, além de menções à superlotação das UTIs e ao aumento crescente do número de mortes. Dentre estes, há também os que consideram que o retorno deveria ser opcional, já que as demais atividades classificadas como essenciais seguem sendo realizadas.

Para a professora Gabriela: “sobre essa questão do retorno das aulas eu fico 50/50 né, por que eu penso na minha família também. No momento em que eu voltar, já aviso que não vou poder mais ter contato com eles” (Notas de campo. Conversa com Gabriela, 8 abr 2021). Ela é divorciada e compartilha a guarda de seu filho, hoje com 17 anos, com o pai. As visitas à casa de sua mãe, e a presença do filho teriam de ser reduzidas em razão do risco de contágio. Além disso, Gabriela aponta que

“[...] não adianta abrir a escola num dia e ter que fechar dias depois porque teve professor e aluno contaminados. Eu não tenho estrutura pra lidar com a morte de aluno meu, colega meu Jéssica. Então eu me pergunto, como é que vai ser essa volta? Penso também nesses riscos, quando eu escolhi trabalhar com educação eu nunca pensei que teria que lidar com esse tipo de risco. Nunca pensei que eu poderia ir trabalhar e poderia não voltar, ou teria que deixar de conviver com a minha família”. (Notas de campo. Conversa com Gabriela, 8 abr 2021)

É certamente compreensível o fato de que a escola mobiliza o compartilhamento e a construção de conhecimentos sobretudo a partir das sociabilidades, interações cuja centralidade se constitui enquanto elemento chave para as relações de aprendizado e desenvolvimento dos alunos (as). Além disso, a escola pública em regiões de vulnerabilidade econômica representa também um importante papel em termos de garantia da alimentação básica e amparo socioeconômico aos estudantes – fato este apontado por minhas interlocuções, e referenciado também por Saviani e Galvão (2021, p.42). No entanto, é impossível desconsiderar o aumento descontrolado das taxas de contágio e transmissão do vírus, agudizados por sistemas de saúde fragilizados e pela ausência quase que total de políticas de governo adequadas à gravidade do contexto. A exemplo, menciono a Nota Técnica N°

01 - 03/2021, divulgada pela Fiocruz, que endossa as seguintes ponderações:

Consideramos que a interrupção prolongada das atividades escolares presenciais por ocasião da pandemia de Covid-19 produz efeitos físicos e emocionais em crianças e adolescentes. Ainda que seja fundamental reconhecer as atividades escolares como serviços essenciais à sociedade, no atual momento os indicadores da transmissão comunitária expressam a necessidade urgente de tomar medidas mais efetivas de lockdown ou restrições. (FIOCRUZ, 2021)

A partir da experiência de outros Estados, nos quais as atividades escolares foram retomadas de forma presencial, percebe-se a gravidade da situação. O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) tem mantido atualizações diárias em seu site oficial, acompanhando desde o retorno das aulas (ocorrido em 26/1/2021) o número de estudantes, funcionários e professores que vieram a óbito em decorrência da Covid-19<sup>14</sup>. Até o presente momento, há o registro de 90 mortes, apenas na rede estadual de ensino.

Diante do exposto, torna-se necessário visibilizar o fato de que estas questões extrapolam o nível das opiniões pessoais e mesmo das expectativas. Não é viável, nesse mesmo sentido, avaliá-las isoladamente e sem levar em conta a profunda crise política na qual nos vemos inseridos. Tendo em vista ainda, que longe de visualizarmos políticas de gestão e enfrentamento dos impactos produzidos pela pandemia de Covid-19, nos deparamos cotidianamente com políticas de viés integracionista calcadas em progressivas perdas de direitos. No cerne do debate antropológico recente, conforme bem indicam Segata et al (2021), a acepção crítica destas dinâmicas revela-se local e heterogeneamente, demandando cuidado e abertura para *múltiplas antropologias* comprometidas, “responsáveis e responsivas”.

Para além de *localizar* os marcadores de diferença e desigualdade que conformam o caráter desigual deste fenômeno em especial, demanda-se o engajamento com a amplificação destes debates e o enfrentamento a tais questões. Essa abertura compreenderia então a relevância de uma antropologia pública (cf FASSIN, 2013), na medida em que preconiza o engajamento com

14 Para atualizações e registros completos, ver dados de APEOSP (2021).

a “produção de conhecimentos que fomentem diálogos críticos com e para públicos diversos e também com e sobre os próprios modelos de gerenciamento da pandemia” (SEGATA et al, 2021, p.19). Dessa forma, pensar sobre a escola para a qual iremos voltar, passa também indubitavelmente por refletir sobre qual escola nos trouxe até aqui.

### Notas finais para possibilidades em aberto

Em meio a tantas perguntas cujas respostas parecem distantes, creio que seja importante, para além de visibilizar os debates em torno dos *meios* pelos quais hoje se busca viabilizar a educação, ponderar sobre os *sentidos* que a mesma assume frente a este panorama crítico. Por *sentidos*, penso em abarcar elementos como a própria forma e função da educação pública. A introdução massiva e verticalizada das tecnologias nos diversos âmbitos dos sistemas de ensino, hoje mais do que nunca parecem consideravelmente “justificadas”. Conforme indicam Saviani e Galvão (2021), ao tomar o “ensino remoto” como única possibilidade de substituição ao funcionamento das escolas, abre-se espaço não somente para a precarização deste segmento, como para a absorção quase que automática dos discursos em prol da incorporação progressiva do EaD à estrutura dos sistemas de ensino.

Pretendo grifar, que ainda que pesem as incertezas diante do atual cenário, não devemos desconsiderar que a introdução de plataformas como o *Google for Education* enquanto meio para viabilizar o ensino remoto e/ou híbrido em redes públicas de ensino, forma parte de movimentos mais amplos, no quais as parcerias entre o setor público e empresas privadas são tomadas como alternativas palatáveis em tempos difíceis. A esse respeito é possível citar brevemente e como exemplo, as ações da Fundação Lemann, que atualmente é “parceira” de 24 redes públicas em todo o Brasil, através do Programa Formar<sup>15</sup>.

Jorge Paulo Lemann, hoje o segundo homem mais rico do Brasil, afirmou durante uma *live* promovida em abril de 2020 pelo Fórum da Liberdade, que “crises são os melhores momentos para oportunidades”, referindo-se à crise desencadeada pela Covid-19<sup>16</sup>.

No site da Fundação, podemos encontrar uma série de publicações e notícias em torno de seu “compromisso com a educação pública”, fomentando estratégias para *reduzir os danos à aprendizagem* de crianças e jovens em meio a pandemia. No entanto, de modo sucinto, as ações propostas pela fundação enfatizam a defesa aberta à incorporação do Ensino a Distância (EaD) em todos os níveis da educação básica, assinalando a parceria com empresas de tecnologia e operadoras de telefonia de modo a expandir o acesso.

Assim, ao pensarmos sobre a escola e principalmente sobre o “futuro pós-pandêmico” da educação, é preciso questionar não somente *para qual escola voltar* agora, em meio à crise. Mas ainda, na mesma medida, atentar para práticas e políticas excludentes que endossam e reafirmam a tomada da educação enquanto mais um instrumento de aprofundamento e produção de desigualdades. Caberia então, voltar-se tanto para aqueles que hoje se veem excluídos e alheios à educação que lhes é de direito, quanto às alternativas “emergenciais” que delineiam pouco a pouco um “novo normal” igualmente excludente – lembrando que este, por sua vez, apesar de “novo” em muitas de suas características, não deve ser de fato normalizado. Em torno de todo este aparato tecnológico visualizado enquanto saída possível, Mbembe (2020) nos lembra também da insustentabilidade sob a qual apoia-se a “infraestrutura da digitalização planetária”, cujos recursos de que necessita extraem-se às custas da predação e da exploração em países do continente africano e do Sul Global.

Tais elementos importam sobretudo se quisermos, conforme Biehl (2021), *horizontalizar* futuros possíveis. Partindo da antropologia, creio que possamos delinear e refletir criticamente sobre estes processos, levando em conta a importância de investir em uma circunscrição e análise cuidadosas e atentas às particularidades da ética, desdobradas nas dinâmicas cotidianas da vida vivida em meio a um evento de tamanhas proporções. Descentrando os saberes produzidos sobre a pandemia de uma perspectiva estritamente biomédica e/ou homogeneizante – que pode enfatizada por meio das grandes narrativas<sup>17</sup> – trata-se ainda da preconização

15 Parte da problemática envolvendo a atuação da Fundação Lemann na educação pública é sintetizada no artigo de Gonçalves (2020). Além disso, as informações sobre o projeto são encontradas diretamente no site da Fundação, através do link <<https://fundacaoemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade>>.

16 Para a reportagem completa ver Gonçalves (2020).

17 Para um debate mais adensado acerca das diferentes escalas (locais e “globais”) de análise produzidas no âmbito das Ciências

de um enfoque qualitativo das realidades locais, “amplificando os debates em torno da criação de opções para o próprio gerenciamento das crises” (SEGATA et al, 2021, p.20). Estes movimentos são relevantes, e se articulam visando sempre a compreensão acerca das formas pelas quais coproduzem-se as inter-relações entre o cotidiano e os fenômenos macrossociais no bojo dos quais nos vemos inseridos. De acordo com Das (2020):

A Covid-19 mostrou, tragicamente, que é impossível saber com antecedência que tipo de conhecimento será caracterizado como acadêmico, não acadêmico ou instrumental. Se, por exemplo, formuladores de políticas públicas estivessem prestando atenção ao trabalho acadêmico feito por cientistas sociais acerca dos impactos de formas cotidianas de governança sobre comunidades vulneráveis, talvez tivéssemos evitado a tentação de presumir que um modelo que funciona em um lugar funcionará igualmente bem em outros. (DAS, 2020, p.5)

Busquei contemplar aqui, parte dos debates e problemáticas que compõem o cenário da educação pública, especialmente no segmento do ensino básico. Esta ênfase se materializou através dos relatos de professoras e familiares de estudantes, além da interlocução com esferas do debate público por meio das sociabilidades via redes sociais e reportagens veiculadas na mídia. Como horizonte de possibilidades e visando um engajamento mais amplo, busco expandir o alcance destes relatos e reflexões, de modo a contribuir e fomentar a construção democrática de políticas pertinentes e adequadas às demandas do contexto.

Creio ser central pensar sobre o papel da escola pública, enfatizando seu caráter de amparo e articulação com políticas e práticas de assistência aos estudantes e famílias, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade econômica e social. Imaginar hoje uma outra realidade possível, passa de modo indissociável pelo comprometimento com a coletividade e com o enfrentamento aos avanços cada vez mais ferozes das políticas neoliberais à educação.

### Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. Primeiro caso de covid-19 no

Brasil completa um ano. **Agência Brasil**, 26 fev. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02>>. Acesso em: 20 abr 2021.

APEOESP. **Casos de contaminação pelo Covid-19 na Rede Estadual de Ensino**, 2021. Disponível em: <APEOESP - Casos De Contaminação Pelo Covid-19 Na Rede Estadual De Ensino>. Acesso em 25 mai 2021.

**BBC Brasil**. Coronavírus: OMS declara pandemia. BBC Brasil, 11 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-51842518>>. Acesso em 20 abr 2021.

BIEHL, João. Descolonizando a saúde planetária. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 337–359, 2021.

BLANC, Nathalie.; LAUGIER, Sandra.; MOLINIER, Pascale. O preço do invisível: As mulheres na pandemia. In: **DILEMAS**. Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020, pp. 1-13. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-88>>. Acesso em 25 mai 2021.

DAS, Veena. 2020. Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero. Trad. Marcella Araújo. In: **DILEMAS**. Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020, p.1-8. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-26>>. Acesso em 20 mai 2021.

FASSIN, Didier. Why ethnography matters: on anthropology and its publics. **Cultural Anthropology**, [S.l.], ish. 28, n. 4, p. 621-646, 2013.

FERNANDES, Adriana. Coronel vírus Chegou: Notas etnográficas sobre a Covid-19 entre vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana**. N.35, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sess/n35/1984-6487>>. Acesso em 10 mai 2021.

FIOCRUZ. Nota técnica Nº 01 – 03/2021. Vice-Presidência de Ambiente Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS/Fiocruz). **Considerações sobre política de restrições e as atividades escolares por ocasião da pandemia de Covid-19**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/nota-tecnica-consideracoes-sobre-politica-de-restricoes-e-atividades-es>>

Sociais nos primeiros meses da pandemia da Covid-19, Rui et al (2021) realizam uma leitura bastante produtiva sobre perspectivas e conceitos que orientaram os esforços analíticos de compreensão e registro deste período.

colares>. Acesso em: 20 abr 2021.

FLEISCHER, Soraya.;LIMA, Flávia. **Micro: Contribuições da Antropologia**. Brasília: Editora Athalaia, 2020.

GONÇALVES, Yara. Artigo | Fundação Lemann e os ataques à Educação Básica Pública em tempos de Covid-19. **Brasil de Fato (PE)**, 06 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2020/04/06/artigo-fundacao-lemann-e-os-ataques-a-educacao-basica-publica-em-tempos-de-covid-19>>. Acesso em 19 abr 2021.

GONZATTO, Marcelo. Entenda as decisões que envolvem o vaivém sobre volta às aulas presenciais no RS. **GaúchaZH**, 26 abr. 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2021/04>>. Acesso em 27 abr. 2021.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. In: **Revista Antropolítica**, n.42: 41-65, 2017.

LONGUINHO, Daniela. Há um ano, Brasil anunciava primeiro caso de covid-19. **Agência Brasil** em 26 fev 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/>>. Acesso em: 20 abr 2021.

MATOS, Kelly. Mamãe, não era hoje que eu ia voltar para a escola? O vaivém do retorno às aulas frustra os pequenos e parece distante de uma solução consensual. **GaúchaZH**, 26 abr 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/kelly-matos/noticia/2021/04>>. Acesso em 26 abr 2021.

MBEMBE, Achille. O direito universal à respiração. **Buala**, 9 abr 2021. Disponível em: <<https://www.buala.org/pt/mukanda/o-direito-universal-a-respiracao>>. Acesso em: 24 abr 2021.

MENEZES, Kelly Maria Gomes; MARTILIS, L.F de Sousa; MENDES, Virzangela Paula Sandy. Os impactos do ensino remoto para a saúde mental do trabalhador docente em tempos de pandemia. In: **Universidade e Sociedade ANDES-SN**, ano XXXI, jan. 2021.

MÕES, Malu. Brasil completa 2 meses de vacinação com ritmo lento, diz infectologista. **Poder360**, 18 mar 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/brasil>>. Acesso em 26 abr 2021.

OLIVEIRA, Elida. Um ano após a suspensão de aulas presenciais, estudantes e famílias ainda enfrentam incertezas com reabertura das escolas na pandemia. **G1 GLOBO**, 13 mar 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/volta-as-aulas/noticia/2021/03/13>>. Acesso em 24 abr 2021.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues; MUNIZ, Tatiane Pereira; et al. INQUIETAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE PANDEMIA. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, n. 4, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/51647>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PORTAL G1 - GLOBO. Construído em 10 dias hospital recebe seus primeiros pacientes. **G1 GLOBO**, 03 de fev 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/03/>>. Acesso em: 20 abr 2021.

RUI, Taniele; FRANÇA, Isadora Lins; MACHADO, Bernardo Fonseca; et al. Antropologia e pandemia: escalas e conceitos. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 27-47, 2021.

SAÚDE IG. Pelo 23º dia seguido, Brasil possui média de mortes por Covid acima de 2,5 mil. **SAÚDE IG**, 04 abr 2021. Disponível em: <<https://saude.ig.com.br/coronavirus/2021-04-18/>>. Acesso em 26 abr 2021.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na Pandemia: a falácia do 'ensino' remoto. In: **Universidade e Sociedade ANDES-SN**, ano XXXI, jan. 2021.

SEGATA, Jean. Covid-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre , v. 26, n. 57, p. 275-313, Aug. 2020.

SEGATA, Jean; SCHUCH, Patrice; DAMO, Arlei Sander; et al. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 7-25, 2021.

TONIOL, Rodrigo. Cientistas Sociais e o Coronavírus. In: **Cientistas sociais e o Coronavírus**. Miriam Pillar Grossi e Rodrigo Toniol (org.). São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

UNESCO. Educação: da interrupção à recuperação. **Unesco**. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>>. Acesso em 20 abr 2021.

UNICEF BRASIL. Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: Reprovação, abandono e distorção idade-série. **Trajetórias de Sucesso Escolar**, jan 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>>. Acesso em 24 abr 2021.

VENAGLIA, Guilherme. Governo federal atribui vacinação lenta à falta de doses no mundo. **CNN Brasil**, 05 abr 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/04/06/governo-federal-atribui-vacinacao-lenta-a-falta-de-doses-no-mundo>>. Acesso em 20 abr 2021.